



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Logro ou presente envenenado?



8 Junho 2006

Finalmente o tão esperado despacho ministerial viu a luz do dia!

Com a publicação do Despacho n.º 63/MDN/2006 o Ministro da Defesa determina a constituição do **Grupo de Trabalho (GT) para a reconstituição das carreiras dos militares das Forças Armadas**, o qual tem desde já o mérito de desfazer a onda de boatos e de falsas expectativas que circulavam no seio das unidades.

Por outro lado, da leitura desse mesmo despacho verificamos que a Lei continua a não ser cumprida e que as associações profissionais de militares mais uma vez não estão integradas nesse Grupo de Trabalho, o que no nosso entender é absolutamente inaceitável!

São anos e anos a fio sem qualquer expectativa de carreira, com o sistema retributivo completamente degradado e com problemas graves ao nível da formação, atribuição de funções, quadros orgânicos, sistemas de avaliação e apoio social.

Por todos estes problemas, são responsáveis os sucessivos Governos que têm passado ao longo dos anos pelo Poder, bem como as Chefias Militares que, umas vezes por omissão ou desinteresse e outras por iniciativa própria, nos conduziram para o barranco em que nos encontramos.

É por isso que, agora que se pretende de uma forma integrada mexer em todas estas questões, não aceitamos ser marginalizados neste processo que afecta profundamente as nossas vidas e das nossas famílias.

A lei tem que se cumprir! As associações devem integrar o grupo de trabalho e participar de pleno direito e em igualdade de oportunidades.

Para já temos algumas preocupações:

- O GT reuniu pela primeira vez no passado dia 30 de Maio, sem a presença das associações, depois de termos sido informados que essa reunião não se iria realizar... Só dois dias depois reunimos com o presidente do GT, onde nos foram entregues alguns parcos documentos e nos foi dito que seríamos ouvidos 3 vezes sendo aquela uma das quais.

- O GT terá que produzir um projecto global de reconstituição das carreiras até 15 de Dezembro do corrente ano, o que significa que na melhor das hipóteses só em 2007 ou 2008 ou ... serão implementadas as iniciativas legislativas que decorram destes trabalhos...

- Não sabemos até que ponto estes atrasos terão influência no descongelamento dos escalões uma vez que estavam dependentes da revisão do sistema de carreiras...

- No preâmbulo do Despacho são referidos os especiais e rígidos deveres inerentes ao Estatuto da Condição Militar, mas não é feita uma única referência aos especiais direitos e compensações pela exigência, risco e desgaste rápido impostos aos militares...



- O Despacho do MDN determina a elaboração de um projecto global para um novo modelo de carreiras com base em vários elementos entre os quais o da "mobilidade". Tivemos já a oportunidade de confirmar que esta "mobilidade" de que aqui se fala não é aquela a que estamos habituados, e que consiste em sermos transferidos entre unidades, mas sim a "mobilidade" entre diferentes Ministérios inserida na Lei da Mobilidade na Administração Pública, recentemente apresentada pelo Ministro das Finanças.

Ao longo de 30 anos, Governos sucessivos prometeram tratar dos mesmos temas que este Governo mandou estudar em 4,5 meses. Alguém de boa-fé acredita que neste curto tempo aquele GT, composto maioritariamente por militares, conseguirá elaborar um *projecto global*, com pés e cabeça, sobre temas como as *Políticas de gestão de carreiras e respectivo percurso profissional*, as *Necessidades funcionais (quadros de pessoal)* o *Desenho de cargos/funções*, a *Formação e qualificação*, o *Sistema de avaliação*, (e agora também) a *Mobilidade*, o *Sistema retributivo e de apoio social*?

Se querem estudos, então estudem as nossas propostas que vimos entregando desde o Governo do então primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva.

Mais um estudo, e outro estudo. Há quantos anos andamos nisto? Sempre que se quer empatar em vez de resolver cria-se mais um GT, ou mais uma comissão, elabora-se mais um anteprojecto de proposta de projecto global e os nossos problemas e das nossas famílias em vez de verem solução agravam-se dia a dia.

Há quantos anos andamos nisto? Quantas vezes ouvimos isto dos sucessivos Governos? Querem iludir quem?

A posição da ANS, já transmitida ao presidente do GT, é de que em primeiro lugar devem ser resolvidos os problemas que temos actualmente para que, a partir de uma base sã se construa um novo modelo de carreiras, com alicerces fortes e com a participação de todos os interessados.

Em contrapartida, no próximo dia 9 de Junho pelas 10h00, subirá ao plenário da AR a nossa petição colectiva com mais de 8.000 assinaturas de cidadãos em uniforme, para ser discutida num pacote de mais umas 7 petições, cabendo 3 minutos a cada Grupo Parlamentar para discutirem os nossos problemas. É a este ponto que chegou a democracia que devolvemos ao Povo Português.

A questão que te colocamos, camarada é esta:

- Deixamos os mesmos de sempre construir o nosso futuro, com os péssimos resultados que todos conhecemos, ou lutamos para que a Lei se cumpra e sejamos integrados de pleno direito neste GT?

A resposta cabe-te a ti, camarada...

Lisboa, 7 de Junho de 2006

A Direcção